

Paço Municipal: "Prof. Judith de Oliveira Garcez"

DECRETO N° 5.047, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2.005.

Homologa o Regimento Interno do Conselho Administrativo do ASSIS PREV – Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Assis.

ÉZIO SPERA, Prefeito do Município de Assis, no uso de suas atribuições legais e em especial a Lei n° 4.161, de 02 de Maio de 2002, e,

considerando que o Regimento Interno do Conselho Administrativo do ASSIS PREV - Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Assis foi aprovado pelos referidos Conselheiros em cumprimento às determinações conforme orientação normativa n° 03/2004 da Secretaria de Previdência Social.

DECRETA:

- Art. 1º Fica HOMOLOGADO o Regimento Interno do Conselho Administrativo do ASSIS PREV - Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Assis, nos termos do Anexo que fica fazendo parte integrante deste Decreto.
- Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
- **Art. 3º -** Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Assis, em 18 de novembro de 2.005.

Prefeito Municipal

SAULO FERREIRA DA \$ILVA JÚNIOR Secretário Municipal de Governo e Negócios Juridicos

Publicado no Departamento de Administração, em 18 de novembro de 2.005.

Paço Municipal: "Prof. Judith de Oliveira Garcez"

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO DELIBERATIVO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICIPIO DE ASSIS - ASSIS PREV.

O Conselho Deliberativo ou Administrativo é o órgão de aconselhamento à Diretoria Executiva do ASSIS PREV em todas as questões por ele suscitadas.

CAPÍTULO I Das Reuniões

Seção I Das Reuniões Ordinárias

- Art. 1.º O Conselho Deliberativo do ASSIS PREV, composto na forma do disposto no artigo 70, da Lei Municipal n.º 4.161, de 02 de maio de 2002, se reunirá ordinariamente a cada três meses, nos termos do disposto nesta seção.
- Art. 2.º Até o dia 15 de janeiro, de cada ano, o Presidente do Conselho Deliberativo submeterá a apreciação dos demais membros um cronograma contendo as datas das reuniões ordinárias a serem realizadas no mesmo exercício.
- Art. 3.º Consolidadas as datas das reuniões, nos termos do artigo anterior, o Presidente do Conselho encaminhará ofício aos demais membros, bem como ao Diretor Presidente, a fim de tomarem ciência das respectivas datas.
- Art. 4.º As pautas das reuniões ordinárias serão preparadas com antecedência de 5 (cinco) dias úteis, devendo cada membro do Conselho e o Presidente do Conselho Deliberativo encaminhar ao Presidente do ASSIS PREV os assuntos que entenderem devam constar da pauta até o décimo dia útil anterior da data da reunião.
- Parágrafo Único Havendo motivo justificado, qualquer membro do Conselho Deliberativo ou o Diretor Presidente poderá, no início de cada reunião ordinária, requerer a inserção de qualquer assunto na pauta, submetendo o requerimento à aprovação do Conselho.

Seção II Das Reuniões Extraordinárias

Art. 5.° - Poderão ser convocadas reuniões extraordinárias do Conselho Deliberativo pelo seu Presidente e ou pelo Diretor Presidente do ASSIS PREV ou através de requerimento subscrito por no mínimo 4 (quatro) membros titulares do Conselho Deliberativo.



Paço Municipal: "Prof. Judith de Oliveira Garcez"

- Parágrafo Único As convocações devem ser feitas com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, constando necessariamente o assunto a ser deliberado.
- Art. 6.º Às reuniões extraordinárias aplicar-se-á o disposto no parágrafo único, do artigo 4.º deste Regimento Interno.
- Art. 7.º Salvo por motivo relevante, não poderão ser convocadas reuniões extraordinárias dentro dos 10 (dez) dias anteriores à data marcada para realização de reunião ordinária.
- Parágrafo Único Fora dos casos previstos neste artigo, as reuniões extraordinárias poderão ser realizadas desde que haja a anuência expressa de todos os membros do Conselho Deliberativo.

Seção III Das Deliberações

- Art. 8.° As deliberações serão efetuadas sempre por maioria simples dos membros presentes, com exceção do Presidente, ao qual caberá o voto de minerva no caso de empate.
 - § 1.º O Presidente poderá pedir a consignação de seu voto, fazendo-o sempre após a deliberação de todos os membros presentes.
 - § 2.º O Diretor Presidente do ASSIS PREV não terá direito a voto
- Art. 9.º O "quorum" de deliberação para todas as reuniões do Conselho Deliberativo é a maioria simples de seus membros, sem o qual será suspensa a reunião, devendo a mesma ser marcada, para data subsequente, convocando para tanto os membros ausentes.
- Artigo 10 Qualquer membro do Conselho poderá, antes da votação de qualquer assunto, pedir quaisquer esclarecimentos do Diretor Presidente ou demais membros da Diretoria Executiva do ASSIS PREV acerca do ponto colocado à votação.
- Artigo 11 Fica para apreciação e aprovação do Conselho Deliberativo a participação e capacitação em Treinamentos, Cursos, Congressos que se diz respeito a Previdência Municipal, dos membros da Diretoria Executiva, dos seus membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, e funcionários cedidos ao ASSIS PREV.

Seção IV Das Atas das Reuniões

0

Paço Municipal: "Prof. Judith de Oliveira Garcez"

- Artigo 12 Em todas as reuniões do Conselho Deliberativo do ASSISPREV serão lavradas atas contendo os assuntos tratados e as deliberações tomadas, consignando-as em Livro próprio destinado para tal fim.
- Artigo 13 As atas serão elaboradas pelo Secretário do Conselho Deliberativo, sendo assinadas e rubricadas por todos os membros presentes na reunião.

Capítulo II Dos Membros do Conselho Deliberativo

Seção I Da Representatividade e do Mandato

- **Artigo 14 -** O Conselho Deliberativo do ASSIS PREV é composto por 7 (sete) membros , obedecendo a seguinte representatividade:
 - I dois Conselheiros representando o Poder Executivo, indicados pelo Prefeito Municipal;
 - II dois Conselheiro representando o Poder Legislativo indicados pela a Cāmara Municipal;
 - III dois Conselheiros eleitos entre seus pares do quadro pessoal de carreira, representando os servidores ativos;
 - IV um Conselheiro eleito entre o seu par, representando os servidores inativos;
- Artigo 15 Os Conselheiros deverão ser escolhidos dentre segurados ativos ou inativos da Municipalidade, maiores de 21 (vinte e um) anos, de reconhecida capacidade e conduta ilibada, com no mínimo três anos de serviço no funcionalismo municipal.

Seção II Da Eleição do Presidente e do Secretário

Artigo 16 - Após a solenidade de posse em seus cargos, os Conselheiros reunir-se-ão em ato contínuo, para eleger, dentre eles, o Presidente do Conselho e o Secretário para exercerem essas funções durante o período do mandato do Conselho Deliberativo.

Seção III Das Atribuições do Presidente e do Secretário

Artigo 17 - Compete ao Presidente do Conselho Deliberativo a coordenação e representação do órgão colegiado, em especial:



Paço Municipal: "Prof. Judith de Oliveira Garcez"

- I Presidir todas as reuniões do Conselho Deliberativo;
- II Velar pelo bom andamento dos trabalhos nas reuniões, organizando as discussões e deliberações dos assuntos constantes na pauta de reunião;
- III Organizar as pautas das reuniões dando ciência da mesma aos demais membros, ao Diretor Presidente e demais interessados;
- IV Assinar em conjunto com os demais membros as Resoluções e demais atos administrativos de competência do Conselho;
- V Comunicar o Prefeito ou a Mesa da Câmara, ou de quem for a responsabilidade, as datas de todas as reuniões do Conselho Deliberativo, a fim de que se conceda autorização de saída aos membros, caso coincidam as reuniões com o horário de trabalho;
- VI Representar o Conselho perante as unidades administrativas do Município ou em outras entidades.
- Artigo 18 Compete ao Secretário do Conselho Deliberativo:
 - I A elaboração de todas as atas das reuniões do Conselho Deliberativo e as respectivas transcrições no Livro de Atas;
 - II A elaboração de ofícios, memorandos, minutas de resoluções e demais atos administrativos de competência do Conselho Deliberativo:
 - III Realizar o assessoramento direto ao Presidente sempre quando requisitado.
- **Artigo 19 -** Ausente o Presidente ou o Secretário na reunião, os respectivos substitutos serão nomeados, "ad hoc", pelos demais membros presentes.

Seção IV Das Ausências

Artigo 20 - Os Conselheiros deverão comunicar, por escrito ao Presidente, no prazo de 3 (três) dias úteis a contar da reunião que não compareceram, os motivos da ausência, que serão submetidos à apreciação dos demais membros, na próxima reunião, a ser realizada, a fim de considerá-la justificada ou injustificada.



Paço Municipal: "Prof. Judith de Oliveira Garcez"

- Artigo 21 Serão comunicados, também, todos os afastamentos temporários, tais como férias e licenças, para que seja convocado o suplente imediato para assumir o Conselho no período respectivo;
- **Artigo 22 -** O Conselheiro que se ausentar injustificadamente em três reuniões ordinárias no período do mandato, tê-lo-á extinto automaticamente.
- **Parágrafo Único -** O Presidente comunicará o Prefeito da ocorrência do disposto no caput deste artigo a fim de se nomear o suplente imediato.
- **Artigo 23 -** Aplica-se o disposto no parágrafo único, do artigo anterior, em caso de vacância do cargo de Conselheiro.

Capítulo III Das Disposições Gerais

- **Artigo 24 -** Os Conselheiros deverão apresentar declaração de seus bens no ato da posse e no término do mandato.
- Artigo 25 Ao final do mandato o Presidente encaminhará ofício ao Prefeito para que este expeça diploma em nome dos Conselheiros para constar no respectivo prontuário acerca da relevância dos serviços prestados.
- Artigo 26 Findo o prazo, do mandato, os membros do Conselho Deliberativo permanecerão no cargo até a posse dos novos membros, devendo o Presidente noticiar o fato ao Prefeito com 60 (sessenta) dias de antecedência para organizar o novo processo eleitoral.

Prefeitura Municipal de Assis, em 18 de novembro de 2.005.

ÉZIO SPERA Prefeito Municipal

SAULO FERREIRA DA SILVA JÚNIOR Secretário Municipal de Geverno e Negócios Jurídicos